

XXIX Congreso ALAS CHILE 2013  
GT 06: Imaginários sociais, memórias e pós- colonialidade

## **Novos Mamelucos: a (re) construção de um imaginário bandeirante**

Resultado de pesquisa em curso

Thaís Chang Waldman  
Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo  
tatawald@yahoo.com.br

### **RESUMO:**

O objetivo deste trabalho é acompanhar o processo de (re) construção de um imaginário bandeirante que remonta ao século XVIII, dialogando com suas diversas motivações, variadas apropriações e diferentes modos de expressão, assim como com as imagens que foram produzidas, reproduzidas e cristalizadas, tanto nos discursos quanto nas práticas e elementos extradiscursivos da época. Atenta às nossas reelaborações locais e suas tantas historicidades, procuro pensar o mito do bandeirante, assim como seus rebatimentos mais amplos, através da consideração das várias faces dessa imagem durante o período da Primeira República (1889-1930); de seus percursos, quer nos domínios “eruditos”, “populares”, oficiais e/ou cotidianos; assim com de sua projeção nas artes, na literatura, na história, na política e na cidade.

Palavras Chave: Imaginário Social; Identidade Paulista; Bandeirantes

A retomada da imagem do valente aventureiro bandeirante - também chamado de "mameluco", "gente de São Paulo", ou "português de São Paulo" -, em cujo rastro se fez a ocupação do interior e dos sertões brasileiros, é resultado e produto de um novo contexto, marcado por extensas e profundas mudanças que levaram à crise das instituições do Segundo Reinado. Mas não só isso, há uma via de mão dupla na qual as cidades e suas representações se produzem mutuamente. Logo, ao mesmo tempo em que esse imaginário é fruto de um contexto, ele também irá produzi-lo. Este trabalho, portanto, propõe uma reflexão sobre o imaginário e também sobre o modo pelo qual ele cria novas ligações e contextos.

Memória e esquecimento estão diretamente associados a um jogo no qual são selecionados os elementos que farão parte das reivindicações de identidade, definidas historicamente diante de uma sociedade marcada pela constante mudança. E o período que este trabalho pretende abarcar é precisamente um momento de (re) definição de identidades coletivas, quando a capital paulista passa por transformações veementes, diretamente relacionadas à expansão da lavoura cafeeira, à abolição da escravatura, à imigração e à proclamação da República que, não por acaso, coincidem com a urbanização e o crescimento da cidade.

São Paulo tem sua população praticamente multiplicada por oito em menos de trinta anos, transforma-se na dinâmica "capital do café", num dos primeiros focos da industrialização no país e no núcleo de um processo de expansão urbana impiedoso e lucrativo. Temos uma cidade que busca modernizar-se sem romper com as estruturas dominantes, ingressando naquilo que Candido Malta Campos chama de "uma sequência de encarnações contrastantes" (2002, p.7)<sup>1</sup>. A consideração da (re)

construção de um imaginário bandeirante, à vista disso, além de jogar luz sobre o fenômeno da República e de sua implantação, parece extremamente profícua para a construção de um quadro mais complexo e matizado dos nossos projetos de modernização - que o próprio imaginário ajuda a produzir -, trazendo à tona ambiguidades e contradições.

Com o término da Primeira República, a figura do bandeirante, produto da mestiçagem luso-indígena, que vinha conquistando um espaço de destaque desde o período da propaganda republicana de finais do século XIX, parece atingir seu ápice. Não à toa, justamente na década de 1930 encontraremos pela primeira vez a palavra e o adjetivo bandeirante dicionarizados como sinônimo de paulista (SALIBA, 2004)<sup>ii</sup>. Na luta pela hegemonia do governo federativo, o discurso sobre a identidade paulista e o bandeirante adquirem novos contornos, o que justifica a escolha da delimitação cronológica que este trabalho visa abarcar, ainda que tal periodização não seja tomada como uma barreira engessadora. Não obstante o duplo andamento da análise, sincrônica e diacrônica, tal recorte faz também com que este trabalho esteja mais centrado em uma perspectiva diacrônica.

Se a manipulação de um imaginário é particularmente importante em momentos de mudança social e política, foi na mobilização ideológica do movimento de 1932, visando a derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas (1882-1954) que, segundo Maria Helena Capelato, "fez-se reviver o mito das bandeiras em toda sua plenitude" (1981, p.40). A Guerra Paulista transformou os bandeirantes históricos em "símbolo do heroísmo e do vigor da raça", ganhando uma conotação muito mais ampla: "Bandeirante era todo paulista que se dispusesse a partir pra luta" (IBIDEM). Invoca-se, inclusive, a participação da "Mulher Paulista" no movimento, ainda que isso não implicasse uma efetiva atuação feminina na vida política (WEINSTEIN, 2006). Mito e memória, portanto, além de condensarem os complexos simbólicos que designam o imaginário, estão sempre prontos a serem acionados para conferir significado a novas situações.

Muitos estudiosos enxergam nesse (re) aparecimento da figura do bandeirante dentro do contexto específico da então nova República uma tentativa de construção de um discurso épico regional que possibilitasse a integração dos segmentos emergentes em uma mesma identidade histórica<sup>iii</sup>. A função mítica do bandeirante seria, sob esse ponto de vista, uma forma de reconciliar estrangeiros e nacionais, passado e presente, tradição e modernidade. Estaríamos todos unidos - "Paulistas, uni-vos!" - como se não houvesse divergências e incompatibilidades no quadro social, econômico, político e cultural de uma São Paulo que parecia "brot[ar] súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva" (SEVCENKO, 1992, p.31).

A ideia de uma "segunda fundação de São Paulo"<sup>iv</sup> e da recriação de um passado bandeirista permitiria justamente "salta[r] por sobre o passado mais recente, feio e conflitivo, de uma cidade na qual às mazelas da escravidão vieram somar-se os estigmas de uma imigração tumultuária, (...) [para] reatar o fio da continuidade com um passado longínquo e quase mítico" (SALIBA, 2004, p.570). A invenção de uma tradição<sup>v</sup> aparece, assim, como uma solução para uma cidade à procura de uma identidade. A mitologia bandeirante é então (re) construída em uma tentativa de se estabelecer uma imagem de consenso numa cidade marcada pela impossibilidade de se definir. Mas - e é justamente esse o foco deste trabalho - o termo bandeirante nem sempre apresentou significado similar ao termo paulista. Recriada na Primeira República como um possível fator de coesão social, a figura do bandeirante opera também como uma forma de separar uma coletividade antiga de outra de origem recente, valorizando a primeira em detrimento da segunda. Bandeirantes são somente "aqueles cujos avós, bisavós, tataravós e demais antecessores tinham trabalhado e pelejado no mesmo solo que agora abrigava a todos" (QUEIROZ, 1992, p.84).

Há, aqui, a invenção simultânea de um "outro". Interessante observar que esse "outro" é tanto interno quanto externo: separa os supostos paulistas de quatrocentos anos - os *quatrocentões* -, dos migrantes e imigrantes, assim como dos "não paulistas", nas disputas pela hegemonia do governo federativo e, mais marcadamente, nas disputas entre São Paulo e a Capital Federal, entre o regional e o

nacional. A narrativa mítica garante justamente que tais oposições não serão esquecidas. Retomando Girardet (1987), se os mitos atuam como telas nas quais diferentes grupos projetam suas angústias coletivas durante um período de contestação ou inquietação, temos no bandeirante um símbolo aglutinador que traz embutido diversos traços de desagregação e exclusão: “Como no séc. XVIII, uma elite autóctone procurava manter sua posição hegemônica, fechando sua coletividade contra possíveis invasões que a desfigurassem” (QUEIROZ, 1992, p.83). Novamente, o mito como produto e produtor de um contexto sacudido por discontinuidades e tensões.

Na Zona Leste da cidade de São Paulo, por exemplo, em bairros como os da Mooca, Brás e Belenzinho, cujas “chaminés enfumaçadas eram vistas pelos paulistanos do centro como uma paisagem estranha e vagamente ameaçadora” (CAMPOS, 2002, p.91), havia um mundo à parte, que crescia incessantemente, apesar do esforço coletivo para escondê-lo<sup>vi</sup>. Regido pelos apitos das fábricas, não recebia investimentos públicos de maior monta, abrigando uma imensa população imigrante em cortiços ou vilas: “São Paulo e Brás são duas cidades completamente distintas”, diria um cronista, em 1919 (*apud* SEVCENKO, 1992, p.130). Mais do que isso, explica Maria Cecília Naclério Homem, havia “diversas cidades dentro de São Paulo” (1996, p.199).

Tudo isso revela o alto grau de tensão social reinante, ao qual se acrescenta a existência de um “populacho perigoso e hostilizado”, composto não somente por imigrantes mal assimilados, mas também negros, mulatos, migrantes e pelos demais “párias” da sociedade (DEAN, 1991). Ainda que a “cidade oficial” não quisesse ver essa “cidade popular” que surgia a seu lado (CAMPOS, 2002, p.91), pode-se dizer que a oligarquia cafeeira começa a enfrentar uma crise imposta por uma sociedade que ela mesma ajudara a desenvolver<sup>vii</sup>.

São Paulo passa a concentrar não somente proprietários industriais de origem estrangeira, como também pequenos e médios fazendeiros, assim como uma grande população operária, constituídos na maior parte por imigrantes. Não à toa, iniciam-se as primeiras grandes greves por melhores condições de trabalho e uma melhor remuneração, das quais a de 1917 fica famosa, colocando a questão social no centro do debate político. Além disso, os próprios setores dominantes da República Velha formam uma elite em nada homogênea, marcada por disputas como as que ocorriam entre os fazendeiros do café, a burguesia industrial urbana em expansão e o capital estrangeiro (PERISSINOTTO, 1994).

Em uma espécie de respostas a essas transformações em curso, vemos aflorar um forte sentimento de ancestralidade e pertencimento, que se vale da imagem do bandeirante. Não somente por parte das elites temerosas, é importante enfatizar, mas também dos imigrantes europeus - majoritariamente italianos, portugueses e espanhóis - que, na década de 1920 já somavam mais de um terço da população da cidade e procuravam afirmar sua própria identidade em contraponto àqueles que os classificavam como indolentes, boêmios, preguiçosos, grevistas ou anarquistas (RAGO, 1985)<sup>viii</sup>. Tudo isso irá levar a um “jogo de se gritar uns para os outros: (...) eu é que sou parente do Ubirajara da avenida, neto dos bandeirantes barbudos do Brizzolara, primo daquele caçara impaludado das praias de Itanhaém” (PRADO, 1927), jogo esse que deixaria poucas pessoas de fora. Nesse sentido, ao contrário do que afirma a maior parte dos estudiosos do período, o imaginário bandeirante, diante dessas disputas pela construção de genealogias do parentesco, parece ser muito mais excludente do que integrador.

Temos aqui representações que, a todo momento, ao longo da Primeira República (e para além dela<sup>ix</sup>), se afirmam, se cruzam, se opõem e se sobrepõem – nem sempre harmonicamente –, enquanto outras vão surgindo. Tomemos como exemplo a imagem do *quatrocentão*, “descendente dos bandeirantes antigos”, que passa a conviver, de forma nem sempre consonante, com os “novos bandeirantes”, em sua grande maioria italianos, “filhos de outros bandeirantes transatlânticos dos nossos tempos”, conforme descreve, em 1919, um redator de *O Estado de São Paulo* (*apud* SEVECENKO, 1992, p.57). Longe de substituir uma à outra, tais representações parecem conviver, muitas vezes de modo tenso. Desse modo, o mito bandeirante, suas transformações e percursos no

tempo, assim como suas versões e variantes, em campos e domínios os mais variados, revelam também as ambivalências de um período de tensões marcado por mudanças aceleradas e uma cidade na qual convivem, lado a lado, universos e tempos sociais bem distintos.

\*\*\*\*\*

A figura do bandeirante não é nova nas letras locais, bem o sabemos. Antônio Candido mostra que, desde o século XVIII, se operava a construção de uma identidade literária regional baseada na ideia de “orgulho ancestral”, de onde sairia “a primeira visão intelectual coerente” da empresa bandeirante. Segundo ele, os cronistas Pedro Tacques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e Frei Gaspar Madre de Deus (1714-1800), juntamente ao poeta Cláudio Manoel da Costa (1729-1789), teriam se encarregado de acentuar “a lealdade, a magnanimidade, a nobreza dos aventureiros de Piratininga, traçando-lhes um perfil convencional que passou a posteridade” (CANDIDO, 2002, p.145). Contrapunham-se assim ao juízo – em geral pouco elogioso – que jesuítas e reinóis tinham sobre os paulistas naquele momento.

Ao longo do século XIX, quando as atenções se voltavam para a vida na Corte, as referências aos aventureiros paulistas aparentemente se limitavam ao viajante e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) e a obras historiográficas de caráter mais geral, como *History of Brazil*, publicada em Londres, entre 1810 e 1819, pelo inglês Robert Southey (1774-1843), e *História Geral do Brasil* (1854-1857), do sorocabano Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Já no início do século XX, Frei Gaspar e Pedro Tacques são retirados do esquecimento a que tinham sido relegados durante a maior parte do século anterior, sendo valorizados e popularizados. É nesse contexto que Washington Luís (1869-1957), durante seu governo estadual, publica os vinte e sete volumes da *Nobiliarquia Paulistana* de Pedro Tacques, uma longa genealogia que glorifica e traça uma linha de continuidade entre os bandeirantes e seus descendentes paulistanos.

Estava aberto o caminho para a (re) construção da imagem de uma “raça de gigantes”, criada por Saint-Hilaire ao viajar pelo Brasil, ainda no início do século XIX. Representante exemplar desta “raça” seria o bandeirante, talvez a figura mais enaltecida pelos paulistas da Primeira República (BLAJ, 2002). Nessa retomada, se destacam historiadores como Afonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958), com os onze volumes de sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, iniciada em 1924 e só terminada em 1950; Alfredo Ellis Júnior (1896-1974), em *O Bandeirismo Paulista* (1924) e *Raça de Gigantes* (1926); e José Alcântara Machado (1875-1941), em *Vida e Morte do Bandeirante* (1929). O bandeirante, desbravador de fronteiras, é eleito um tipo local que simboliza as qualidades e a origem da nossa terra.

A miscigenação com o índio é, então, resgatada como símbolo da pujança paulista. O “cunho” mameluco torna-se “a nota aristocrática do Paulista puro” (PRADO, 1925, p.122). Isolados do resto do país, mesclam-se o português e o indígena, cuja “pureza” é mantida através da hereditariedade e da endogamia. Há até mesmo uma busca pelo indígena “ideal” que pudesse representar a contribuição da terra para a formação da “raça” paulista (MONTEIRO, 1992). As escarpas e as dificuldades de transpor a Serra do Mar teriam impedido a chegada de quaisquer influências, daí o caráter insubmisso e independente da cidade, que é o primeiro núcleo de povoamento e origem de expedição de exploração do território. Desse modo, o isolamento da vila, que poderia ser prejudicial ao desenvolvimento da região Planaltina, é transformado em um fator altamente positivo ao permitir a formação de uma nova “raça” (BLAJ, 2002).

Tal (re) construção heroica é produzida num contexto preciso que pressupõe todo um relacionamento de São Paulo com os outros estados, ganhando impulso na produção do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em 1894, num momento em que a República vivia uma turbulenta luta por sua consolidação e no mesmo ano em que o primeiro presidente paulista,

Prudente de Moraes (1841-1902), adentra o Catete<sup>x</sup>. A figura do bandeirante é então retirada dos documentos, mapas, inventários e dos cronistas dos séculos anteriores e (re) criada como um símbolo ao mesmo tempo regional e nacional, representando um movimento que parte de São Paulo e se dissemina pelo Brasil. Afinal, como consta no primeiro artigo da revista da instituição, “a história de São Paulo é a própria história do Brasil” (RIHGSP, 1895, p.1).

Há aqui uma característica básica mencionada por Antônio Celso Ferreira (2002) e ainda não estudada pela crítica: muitos desses historiadores escrevem também romances históricos voltados para a mesma temática, como *Índios, Ouro, Pedras!* (1926), de Afonso Taunay, ou *Tesouro de Cavendish* (1928), escrito por Alfredo Ellis em parceria com Menotti del Picchia (1892-1988). Vemos assim que diversos membros do IHGSP, defensores de uma verdade histórica precisa e rigorosa, são também fundadores da Academia Paulista de Letras, em 1909. O que nos permite visualizar o mito e suas derivas nos círculos cultos e também na vida cotidiana, assim como na literatura, na história, na política e nas artes.

A despeito de suas pretensões científicas, o IHGSP, em sua busca no passado por fatos e vultos representativos da história de São Paulo, deixa em segundo plano o fato de que as bandeiras do século XVI sempre giraram em torno do mesmo motivo básico: "A necessidade crônica de mão de obra indígena pra tocar os empreendimentos agrícolas do paulista" (MONTEIRO, 2009, p.57). Os bandeirantes são responsáveis pela captura, extermínio e escravização dos indígenas - os "brasileiros autênticos", os "verdadeiros paulistas" -, aqueles que garantiram, como nos mostra Sérgio Buarque de Holanda (2008), o êxito das bandeiras. Essa outra face do bandeirante, resgatada por Capistrano de Abreu (1988), é recuperada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro, em 1838, por iniciativa de Dom Pedro II. Voltado para a elaboração de uma historiografia nacional de cunho indianista, monarquista e centralizador, o instituto carioca é quem vai condenar o extermínio indígena perpetrado pelos “ambiciosos” bandeirantes paulistas (FERREIRA, 2002)<sup>xi</sup>.

Além de atenuar as atrocidades cometidas contra os indígenas, o instituto paulista se identifica com um passado que não comporta a presença negra: “Sua ciência e literatura abriam espaço, apenas, ao lendário mundo dos herdeiros da nobreza europeia, de braços dados com os seguidores de Peri-Tibiriça” (IBIDEM, p.147)<sup>xii</sup>. Há uma ausência de estudos específicos sobre os escravos negros e seus descendentes, enquanto o mameluco torna-se o fundamento de uma identidade racial e cultural paulista. O mesmo pode ser observado, por exemplo, como veremos, na produção imagética do período. Silêncios como esses, bem o sabemos, revelam muito a respeito dos mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990).

Atravessado por fatores políticos e expectativas de consagração intelectual, o IHGSP consegue reunir numerosas e conhecidas personalidades, ligadas a diversos interesses e atividades, como por exemplo: os historiadores Afonso Taunay, José Alcântara Machado e Alfredo Ellis Jr.; o futuro prefeito e governador do estado, Washington Luís, também um estudioso das bandeiras; os artistas plásticos Benedito Calixto (1853-1927) e Oscar Pereira da Silva (1867-1939); além de figuras e empresas estrangeiras que já desempenhavam papel decisivo na economia regional, como o italiano Francisco Matarazzo (1854-1937) e *The S. Paulo Light & Power Co.*, empresa canadense responsável, desde 1899, pela implantação de redes de energia elétrica, de iluminação e de bondes elétricos. Isso indica que, rixas e divergências à parte, o meio cultural e intelectual é reduzido, e todos praticamente circulam pelos mesmos (e poucos) espaços.

Alguns expoentes do movimento modernista de 1922, inclusive, também irão manter vínculos com o IHGSP. Além do historiador Paulo Prado, um dos principais financiadores e organizadores da Semana de Arte Moderna, ingressam no instituto, por exemplo: Sérgio Milliet (1898-1966), René Thiollier (1882-1968), Mário de Andrade (1893–1945) e a mecenas Olívia Guedes Penteadó (1872-1934), que merece destaque num ambiente majoritariamente masculino<sup>xiii</sup>. Pode-se dizer, nesse sentido, que a Semana de Arte Moderna reforça a crença na superioridade paulista, transformando-a em

sinônimo de identidade cultural<sup>xiv</sup>. Se as origens e os primórdios do modernismo brasileiro não são exclusivamente paulistas, é possível afirmar que São Paulo e a Semana de 1922 concretizam e dão ímpeto e apoio espiritual ao movimento (MORSE, 1970). E é precisamente pela negação de seu caráter local, travestido de nacional, que o regionalismo paulista tentará impor-se aos demais. Para isso, foi essencial a recuperação da figura do bandeirante.

Lembremos que o Teatro Municipal de São Paulo, palco da Semana de 1922, já inicia uma valorização do “colonial” em 1919. Primeiro monumento assumido pelo poder público (SEGAWA, 2000), o teatro abre suas portas para a montagem dramático-musical do texto *O Contratador de Diamantes*, obra póstuma de Afonso Arinos (1868-1916). Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, logo após a estreia, “não se fala[va] em outra coisa nas rodas artísticas e mundanas da nossa capital. (...) [que não fosse] pôr em cena aqueles admiráveis quadros do Brasil Colonial, do Brasil das Bandeiras e das Minas, do Brasil heroico” (*apud* SEVCENKO, 1992, p.240). A peça envolverá as principais famílias da elite paulista como patronos e mesmo como atores de uma representação ficcional da saga dos bandeirantes. Os novos ricos, ao representar no espetáculo seus supostos antepassados fundadores da pátria, transformam-se em *quatrocentões*, através de um processo de reinvenção do passado para justificar o futuro. Trata-se de uma encenação que inicia a valorização de elementos chave do programa modernista posterior.

São Paulo, explica Oswald de Andrade no mesmo período, é “a cidade dos prodígios - herdeira das migrações e das entradas” (*apud* BOAVENTURA, 2000, p.79). Menotti Del Picchia comenta no *Correio Paulistano* essa reedição, “no século da gasolina”, da epopeia bandeirante: “Desta feita, não partem elas [as bandeiras] para o sertão ínvio e incerto, amarelo de lezírias, erriçado de setas. Os *bandeirantes* de hoje compram um leito noturno de luxo e seguem, refestelados numa poltrona ‘poolman’, ardorosos e minazes, rumo a Capital Federal” (*apud* BRITO, 1997, p.313). A imagem de São Paulo como a “locomotiva da nação” é então enfatizada, pois o apelo maior exercido pelo bandeirismo invoca uma adesão implícita à crença na superioridade paulista, idealizada como “a locomotiva a puxar vagões vazios” (LOVE, 1982, p.278).

Nesse contexto, a Semana de 1922 pode ser vista como um movimento conduzido pelos “modernos rapsodos de São Paulo”, como conclui até mesmo um “não paulista”, o poeta carioca Ronald de Carvalho (*apud* BATISTA *et al.*, 1972, p.198). Ou, como diria Menotti del Picchia, um evento liderado pelos “Anhangueras, Borba Gatos, Amadores Bueno da nova entrada” (*apud* BOAVENTURA, 2000, p.82). Temos, então, mais uma justificativa para a divisa do brasão da cidade dos bandeirantes - “*Non ducor, duco* [não sou conduzido, conduzo]” - criado em 1916 por Guilherme de Almeida (1890-1969) e Wasth Rodrigues (1891-1957), por meio de concurso público durante o governo municipal de Washington Luís. Tal engate dos modernistas com uma “tradição bandeirante” parece nos fornecer pistas para repensarmos a imagem desse evento como um marco na renovação cultural do país<sup>xv</sup>, tarefa já iniciada por estudos que procuram atenuar seu caráter de ruptura<sup>xvi</sup>.

Berço dos bandeirantes, São Paulo quer mostrar à nação o seu lugar de proa no cenário nacional. Poucos meses após a Semana de 1922, Afonso Taunay, um dos mais atuantes membros do IHGSP, apresenta um projeto visual para a empreitada iniciada pelo instituto histórico paulista, que será coroada com a comemoração do primeiro Centenário da Independência do Brasil. Tal celebração pode ser vista como uma espécie de “drama social”, sintetizando valores e interesses que estavam em jogo nesse dado momento. Projetada como um espetáculo para multidões, a epopeia paulista é performatizada de diversas maneiras: nas figurações das esculturas, pinturas e ornamentos exibidos, na retórica dos discursos proferidos e nos enredos escolhidos para a encenação da história da nação centenária<sup>xvii</sup>.

A comemoração paulista tem início em frente ao Museu Paulista, apresentado como um “lugar de memória” nacional<sup>xviii</sup>. Afonso Taunay, então diretor do museu, havia introduzido em seu interior várias novidades por ocasião do Centenário<sup>xix</sup>. Entre elas, as esculturas dos bandeirantes Fernão Dias

Paes Leme e a de Raposo Tavares, ambas encomendadas ao italiano Luigi Brizzolara (1868-1937), assim como seis estátuas menores de bronze retratando figuras simbólicas do bandeirismo de São Paulo. Tais esculturas ressaltam a indumentária bandeirante até hoje presente no imaginário popular: "o chapéu com abas largas, botas de canos altos, bacamartes, polvarinho e facão" (MAKINO, 2003, p.176).

Mas o destaque fica para a criação de uma farta iconografia paulista e bandeirante. Taunay, engenheiro dado aos estudos históricos e proveniente de uma família de artistas, tenta transformar em imagens os episódios do passado regional, até então praticamente restritos à representação escrita<sup>xx</sup>. Em um contexto no qual quase todos os intelectuais do período lançam versões próprias do significado do movimento das bandeiras paulistas, manifestando em seus trabalhos, implícita ou explicitamente, um orgulho de linhagem - vide os onze volumes escritos pelo próprio Taunay-, temos, com o projeto visual de uma epopeia bandeirante apresentado pelo então diretor do Museu Paulista, uma mudança de regime de saber e de suporte material. Assim, ganham também destaque pinturas que narram a história colonial de São Paulo, como as de Benedito Calixto, Wash Rodrigues, Henrique Bernadelli (1857-1936), Rodolfo Amoedo (1857-1941), João Batista da Costa (1865-1926), Joaquim Fernandes Machado (1875-?), entre outros.

Ainda por ocasião do Centenário, a comunidade italiana encomenda a Brizzolara -o mesmo escultor que inicia no peristilo do Museu Paulista o enredo de uma epopeia bandeirante- um monumento ao compositor Carlos Gomes. Uma das esculturas que compunham o monumento, o "Guarany", passa a ser ironicamente denominada pelos supostos *quatrocentões* como "o índio milanês do Sr. Brizzolara" (PRADO, 1923, p 290), em um claro protesto contra a escolha de artistas estrangeiros para retratar o Brasil. A encomenda italiana ilustra o fato de que várias entidades e segmentos da população também concorrem entre si para deixar uma marca ou símbolo coletivo de distinção (FERREIRA, 2002). Como sugere Chartier (1991), a realidade é contraditoriamente construída por esses diferentes seguimentos..

Para encerrar com chave de ouro a comemoração paulista, estava prevista ainda, entre outras coisas, a construção de um monumento em homenagem aos bandeirantes. Durante os preparativos para as comemorações do Centenário, Menotti del Picchia, Emiliano Di Cavalcanti (1897-1976), Oswald de Andrade (1890-1954) e Hélios Seelinger (1878-1965), haviam se encantado com as esculturas de Victor Brecheret (1894-1955) e o elegem responsável pelo Monumento às Bandeiras (BATISTA, 1985). Importante ressaltar que os novos amigos modernistas não duvidam da "paulistanidade" do escultor italiano, nascido Vittorio Brecheret, numa pequena cidade da província de Viterbo (AMARAL, 1998; BATISTA, 1985). Se inicialmente a fabricação do pertencimento paulista estava vinculada a uma suposta nomenclatura racialista, agora é associada a uma disposição da "alma" como paulista.

A figura do bandeirante ganha, assim, novos contornos. Em obras modernistas de diferentes tendências - não só do ponto de vista estético, mas também ideológico -, como *Juca Mulato* (1917), de Menotti del Picchia, *Raça* (1925), de Guilherme de Almeida e *Martim Cererê* (1928), de Cassiano Ricardo (1895-1974), a imagem do bandeirante - que no início do século já era descrita em versos parnasianos e simbolistas por Manuel Batista Cepelos (1872-1915) - agrega sangue novo, como os dos negros, mulatos e imigrantes recém-chegados. Vistos como fonte regeneradora da nacionalidade, esses personagens contemporâneos dariam prosseguimento à obra colossal de seus antecessores *quatrocentões*. São os "novos mamelucos", aos quais Antônio de Alcântara Machado (1901-1935) dedica seu livro *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927), nomeando, entre eles: os já mencionados Menotti del Picchia e Victor Brecheret, assim como Anita Malfatti (1889-1964) e Francisco Matarazzo Júnior (1900-1977).

Não é sem razão que, anos depois, Gilberto Freyre (1959), ao acentuar a permanência do espírito bandeirante entre os paulistas, irá nomear o modernista Oswald de Andrade, o historiador

Washington Luis e o líder da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado, como exemplos dos nossos "novos bandeirantes". Um conjunto bem heterogêneo, é fato, mas que justamente por possuir esse caráter dissonante despertou meu interesse. Nesse sentido, é possível afirmar que a (re) construção de um imaginário bandeirante sugere também um acesso privilegiado para compreendermos - de forma mais localizada - os conflitos de uma cena em transição, e para pensarmos - de maneira mais ampla - os diálogos entre a história, a literatura e as belas artes, que procurei aqui esboçar.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- ABREU, C. **Capítulos de história colonial**. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- ABUD, K. **Sangue intomato e as nobilíssimas tradições** (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1985. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALMEIDA, G. **Raça**, 2ª ed. São Paulo: José Olympio, 1972.
- AMARAL, A. **Artes Plásticas na Semana de 22**. 5ª ed. São Paulo: Editora 34, 1998.
- AMERICANO, J. **São Paulo naquele tempo (1895-1915)**. São Paulo: Saraiva, 1957.
- ARAUJO, M.; CAMARGOS, M. **Pinacoteca do Estado: a história de um museu**. São Paulo: Pinacoteca, 2007.
- ARENDDT, H. O conceito de história – antigo e moderno. In. **Entre o passado e o futuro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 69-126.
- BATISTA, M. R.; LIMA, Y; LOPEZ, T. **Brasil: 1º tempo modernista - 1917-1929**. São Paulo: IEB, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Bandeiras de Brecheret: história de um monumento (1920-1953)**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1985. 148p.
- BLAJ, I. **A Trama das Tensões**. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BOAVENTURA, M. E. (Org) **22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- BREFE, A. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: Unesp, 2005.
- BRITO, M. **História do modernismo brasileiro: antecedentes da semana de arte moderna**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- BRUNO, E. **Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo**. 3ed., v.3. São Paulo: Hucitec, 1984.
- CAMPOS, C. M. **Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização**. São Paulo: Senac, 2002.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. 8ª Ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2002.
- CAPELATO, M. H. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- CASALECCHI, J. E. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHARTIER, R. *O mundo como representação*. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, pp. 173-191. São Paulo: CEBRAP, 1991.
- CHIARELLI, T. **Um jeca nos Vernissages**. São Paulo: Edusp, 1995.
- CHRISTO, M. *Bandeirantes na contramão da História: um estudo iconográfico*. **Projeto História**, n. 24, pp. 307-335. São Paulo, 2002.
- DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- ELLIS JR, A. **Raça de gigantes**. São Paulo: Hélios, 1926.
- \_\_\_\_\_. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. 2ª ed. Companhia Editora Nacional, 1934.
- ELLIS JR., A., PICCHIA, M. del. **Tesouro de Cavendish**. São Paulo: Biblioteca Mário de Andrade, s/d.
- FAUSTO, B. *Conflito Social na República Oligárquica: a greve de 1917*. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.10, pp.79-109. São Paulo, 1974.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- FERREIRA, A. **A Epopeia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870- 1940)**. São Paulo: UNESP, 2002.
- FREHSE, F. **O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império**. São Paulo: Edusp, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Ô da Rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2011.



- FREITAS, A., **Tradições e Reminiscências Paulistanas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- FREYRE, G. **Problemas Brasileiros de Antropologia**. São Paulo: José Olímpio, 1959.
- GIRARDET, R. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GLEIZER, R. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007.
- GONÇALVES, M. A. **1922, a Semana que não terminou**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- HARDMAN, F. F. *Antigos Modernistas*. In: NOVAES, A. (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp.289-305.
- HARTOG, F. O Tempo Desorientado - **Tempo e História**: “Como escrever a história da França?”. **Anos 90**, n.7, jul., pp.7-28. Porto Alegre: PPG/UFRGS, 1997.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- HOMEM, M. C. **O Palacete Paulistano**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- IGREJA, F **A Semana Regionalista de 1922**. São Paulo: Edicon, 1989.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LEME, P. **Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica**. 5ª ed, 3v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp; 1980.
- LOVE, J. **A Locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MACHADO, A. **Brás, Bexiga e Barra Funda**: notícias de São Paulo. São Paulo: Editora Helios, 1927.
- MACHADO, J. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo, Martins/INL, 1972.
- MAKINO, M. *Ornamentação do Museu Paulista para o Primeiro Centenário*: construção de identidade nacional na década de 1920. **Anais do Museu Paulista**, v. 10/11, pp. 167-95. São Paulo: USP, 2003.
- MARTINS, W. **A idéia modernista**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2002.
- MICELI, S. **Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Nacional e Estrangeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998
- MONTEIRO, J. *Tupis, tapuias e a história de São Paulo*. **Novos Estudos CEBRAP**, v.38, pp.125-35. São Paulo: CEBRAP, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Negros da Terra**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- MORETTIN, E. *Quadros em movimento*: O uso das fontes iconográficas no filme *Os Bandeirantes* (1940), de Humberto Mauro. **Revista Brasileira de História**, vol.18, n.35, pp. 105-131. São Paulo: USP, 1998.
- MORSE, R. **Formação Histórica de São Paulo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- MOTTA, M. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992.
- NORA, P. (Dir.) **Les lieux des mémoires**. Paris: Gallimard, 1984. 5v.
- PAOLI, M. C. *São Paulo Operária e sua Imagens, 1900-1940*, n.33, ano XI, pp. 27-41. **Espaço e Debates**. São Paulo: 1991.
- PERISSINOTO, T. **Classes Dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Unicamp, 1994.
- PICCHIA, M. del. **Juca Mulato**, 5ª ed. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.
- PRADO, A. **1922- Itinerários de uma Falsa Vanguarda**. Os dissidentes, a Semana, o integralismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRADO, M. L. **A Democracia Ilustrada: o partido democrático de São Paulo, 1926-1934**. São Paulo: Ática, 1986.
- PRADO JÚNIOR, C. **A cidade de São Paulo**: geografia e história. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PRADO, P. *O Momento*. **Revista do Brasil**, v. 22, n. 88, pp. 290-2, abr.1923.
- \_\_\_\_\_. **Paulística**: história de São Paulo. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.
- \_\_\_\_\_. *A carta a René Thiollier*. **O Estado de S. Paulo**. 23 ago. 1927.
- QUEIROZ, M. I. *Ufanismo paulista*: vicissitudes de um imaginário. **Revista USP**, n.13. pp.78-87. São Paulo: USP. 1992.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 -1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- RICARDO, C. **Martim Cererê**, 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional.
- ROLNIK, R. **Cada um no seu lugar! São Paulo, início da industrialização, geografia do poder**. 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1972.
- SALIBA, E. *Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana*. In: PORTA, P. (Org.). **História da cidade de São Paulo**. A cidade na primeira metade do século XX, v.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp.555-585.
- SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SEGAWA, H. **Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- SEVCENKO, N. **Orfeu Estático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SOUTHEY, R. **History of Brazil**. London: Printed for Longman, 1810-1819.
- TAUNAY, A. **Índios, Ouro, Pedras!** São Paulo: Melhoramentos, 1926.
- \_\_\_\_\_. **Guia da secção histórica do Museu Paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.
- \_\_\_\_\_. **História das bandeiras paulistas**. 2ª ed, 3v. São Paulo: Melhoramentos, 1961.
- TREECE, D. **Exilados, Aliados, Rebeldes**. São Paulo: Edusp, 2008.
- VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal**. 3ª ed, 5v. Melhoramentos: São Paulo, 1927.
- WEINSTEIN, B. *Inventing the "Mulher Paulista": Politics, Rebellion, and the Gendering of Brazilian Regional Identities*. **Journal of Women's History**. V. 18, pp. 22-49. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.
- 
- <sup>i</sup> Há uma extensa bibliografia sobre as transformações da capital paulista na final do século XIX e início do XX, em seus diversos âmbitos, cf. MORSE (1970); PRADO JR. (1989); ROLNIK (1991); SEVCENKO (1992); HOMEM (1996); MONBEIG (1998); SEGAWA (2000); CAMPOS (2002), FREHSE (2005; 2011); entre outros, além de memorialistas como AMERICANO (1957) e BRUNO (1984).
- <sup>ii</sup> No dicionário de Laudelino Freire (1938), encontramos: "Bandeirante: o natural de São Paulo; paulista".
- <sup>iii</sup> Cf. CAPELATO (1981); LOVE (1982); ABUD (1985); PRADO, M. L. (1986); GLEIZER (2007); entre outros.
- <sup>iv</sup> Tal expressão foi extensamente trabalhada pela historiografia de São Paulo, para citar somente alguns exemplos, cf. LOVE (1982); HOMEM (1996) e CAMPOS (2002).
- <sup>v</sup> A expressão "invenção das tradições" tem sido amplamente utilizada após a publicação do livro homônimo de Hobsbawm e Ranger (1987). No entanto, ao contrário do que os autores afirmam - ao diferenciar as "tradições genuínas" das "tradições realmente inventadas" -, pode-se dizer que toda tradição é inventada.
- <sup>vi</sup> A respeito da diferenciação entre os bairros de elite e os bairros operários no início do século XX, ver também ROLNIK (1991); PAOLI (1991); SEVCENKO (1992); HOMEM (1996); CAMPOS (2002), entre outros.
- <sup>vii</sup> Para uma abordagem desse contexto de crise da oligarquia cafeeira, em diversos âmbitos, cf. FAUSTO (1977); MICELI (1979); CASALECCHI (1987); DEAN (1991); PERISSINOTO (1994); entre outros.
- <sup>viii</sup> Em meio a um movimento na Europa que prevê a política da eugenia, é revelador o fato de São Paulo ter privilegiado a imigração europeia, impondo graves entraves à introdução de mão de obra africana e asiática no país, cf. SCHWARCZ (1993).
- <sup>ix</sup> É sabido que tal imaginário reaparece, até os dias de hoje, nas mais diferentes ocasiões, mesmo que de modo difuso. Seja no nome de importantes vias como a Rodovia Raposo Tavares, a Avenida Bandeirantes ou a Rodovia Fernão Dias; nos diversos monumentos; ou nos discursos sobre a integração nacional como uma das condições de modernização do país, vide a "marcha para Oeste" do Estado Novo, o desenvolvimentismo materializado na Brasília de Juscelino Kubitschek, a "Operação Rondon" e a rodovia Transamazônica, obra maior dos planos geopolíticos do regime militar, dentre vários exemplos.
- <sup>x</sup> Os paulistas, como sabido, não são pioneiros. Após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, no Rio de Janeiro, temos os de Pernambuco (1862), Alagoas (1869), Ceará (1887) e o da Bahia, fundado no mesmo ano que o paulista. Ao todo, na virada do século, mais de vinte agremiações regionais se espalham pelo país.

---

<sup>xi</sup> Longe de ser uma representação apartada de seu contexto histórico mais imediato, ou apenas uma "imagem romântica do índio", o indianismo oitocentista constituiu uma reflexão persistente sobre a formação simbólica e sociopolítica do Estado nacional, cf. TREECE (2008).

<sup>xii</sup> Tais tentativas de branqueamento são um exemplo de solução à brasileira para discutir a miscigenação, cf. SCHWARCZ (1993).

<sup>xiii</sup> Segundo Ferreira (2002), em 1940, dos mil sócios somados entre os vivos e os já falecidos, apenas dezesseis mulheres foram admitidas.

<sup>xiv</sup> A despeito disso, vários movimentos de feitiços modernistas pipocaram no país, sobretudo em Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

<sup>xv</sup> Cf. BRITO (1997); AMARAL (1998); MARTINS, W. (2002), entre outros.

<sup>xvi</sup> Cf. principalmente PRADO (1983); IGREJA (1989); HARDMAN (1992); CHIARELLI (1995); MICELI (2003).

<sup>xvii</sup> Sobre a comemoração do Centenário da Independência do Brasil, cf. MOTTA, M., (1992) e FERREIRA (2002).

<sup>xviii</sup> Sobre a noção de "lugares de memória", cf. NORA (1984).

<sup>xix</sup> Para uma descrição detalhada da decoração interna do edifício, cf. TAUNAY (1937)

<sup>xx</sup> Ainda que a Pinacoteca do Estado - o primeiro museu da cidade, inaugurado em 1905 -, já possuísse um acervo de pinturas e esculturas, ele estava mais voltado para a arte brasileira do século XIX (ARAUJO e CAMARGOS, 2007).